

COLONIALIDADE E TRABALHO DO CUIDADO: O CASO DAS MULHERES BRASILEIRAS

Anelise Gregis Estivalet¹

Resumo

Existe uma forte associação entre a colonialidade e a forma como se estabeleceu o trabalho do cuidado em países como o Brasil. Neste artigo, por meio de investigação sistemática da literatura, faremos uma revisão histórica e reflexiva de como a figura da mulher brasileira foi sendo moldada nos espaços públicos e privados, desde o século XIX até os dias atuais. Especificamente, interessou-nos entender a(s) correlação(ões) observadas entre o trabalho do cuidado, o trabalho doméstico e as mulheres, considerando o contexto da colonialidade. Por fim, concluímos que a partir de modificações na ideia de família, houve uma naturalização da competência do cuidado como sendo feminina, fazendo com que a mulher passasse a ser vista como responsável pela reprodutividade da vida. A partir daí, reforçou-se, então, a construção de uma moral do cuidado – pensada pelos homens.

Palavras-chave: Colonialidade; Trabalho do Cuidado; Mulheres; Espaço Privado.

Abstract

There is a strong association between coloniality and the way care work was established in countries like Brazil. In this article, through a systematic investigation of the literature, we will make a historical and reflective review of how the figure of Brazilian women has been shaped in public and private spaces, from the 19th century to the present day. Specifically, we were interested in understanding the correlation(s) observed between care work, domestic work and women, considering the context of coloniality. Finally, we conclude that from changes in the idea of family, there was a naturalization of the competence of care as being feminine, causing the woman to be seen as responsible for the reproducibility of life. From then on, the construction of a moral of care was reinforced - thought by men.

Keywords: Coloniality; Care Work; Women; Private Space.

¹ Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) tendo realizado estágio doutoral junto ao Laboratoire Éthique Médicale da Université Paris Descartes - Sorbonne (PARIS V) e Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ-Sorbonne). Atualmente é professora na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB)

1 INTRODUÇÃO

Pascale Molinier (2013) esclarece que o trabalho do cuidado pode ser definido como as atividades especializadas que envolvem preocupação com o bem-estar do outro, as atividades domésticas realizadas na/para a família e, mais amplamente, uma dimensão que está presente em todas as atividades de serviços no sentido de servir ou de estar prestando atenção. Atualmente, a maior dessas atividades (gratuitas ou pagas) é realizada por mulheres. Dominique Memmi (2014) enfatiza que a ligação entre *care* e as mulheres permanece forte tanto na teoria quanto na prática. Uma rápida pesquisa no buscador de imagens do Google demonstra que 99% das fotos que aparecem quando se digita a palavra “cuidadores” será de mulheres.

2. MULHERES, MATERNIDADE E FAMÍLIA

No Brasil, mulheres que eram escravas não tinham sobrenome nem nome familiar. A referência se dava pelo primeiro nome, pelo número de registro na municipalidade local, pela cor ou idade, pelo nome e sobrenome de seu proprietário. Segundo Pierre Bourdieu (1996), o nome próprio seria a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais, que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. Como instituição, além de variações de lugar e de momento, o nome próprio assegura a constância nominal, o ato de identificar-se consigo mesmo. O fato de as mulheres negras escravizadas terem seus sobrenomes negados fez com que elas reelaborassem sua identidade pessoal e coletiva, assim como sua relação com o público e o privado, de forma diferenciada das mulheres brancas. A cidade passou a ser, para

elas, a nova família ampliada (ESTIVALET, 2014).

As mulheres escravizadas não tinham o direito de criar seus filhos. Por isso, o direito à maternagem é tão importante para as mulheres negras. Durante a gravidez, eram submetidas ao trabalho incessante, a vários castigos, além do sofrimento com doenças, de sorte que muitas sofriam abortos. Se elas chegavam a dar à luz, sabiam que não poderiam cuidar dos filhos, pois logo deveriam voltar ao trabalho, como também sabiam que estariam contribuindo com mais uma pessoa que, conseqüentemente, seria escravizada. As mulheres que se tornavam mães e ficavam com seus bebês tinham de alimentar primeiro os filhos dos patrões, de modo que, muitas vezes, restava pouco leite para os seus. Era comum que essas crianças fossem depositadas nas “rodas de expostos²” de estabelecimentos religiosos. Vários motivos contribuía para que essa ação fosse praticada, a saber:

- 1) os senhores não queriam ter trabalho nem gastos com a criação dessas crianças;
- 2) os senhores não teriam de arcar com custos funerários caso as crianças viessem a morrer;
- 3) os senhores usariam as mães como amas de leite;
- 4) a criança teria de ser liberta caso sobrevivesse.

Era costume entre as mulheres brancas não amamentar os filhos. Segundo Rute Almeida (2014, p. 62), “quanto mais alta a classe social, menos havia o aleitamento materno”. A autora acrescenta (p. 66):

A amamentação também era um forte vínculo que se criava entre a ama de leite e a criança. Mas, a partir de 1850, com a discriminação do leite da escrava, passou-se a utilizar o leite de senhoras brancas que se ofereciam em

² Em 1203, surgiu a primeira “roda dos expostos” na Itália. Era uma espécie de roda colocada no muro dos conventos e das igrejas para que crianças fossem postas ali sem que os pais fossem identificados (ESTIVALET, 2014, p. 32).

anúncios de jornais. A propaganda europeia sobre vantagens do aleitamento materno e de que, supostamente, esse leite transmitia as qualidades culturais das mães foi acabando também com o costume de amas de leite de aluguel.

Os primórdios da industrialização no Brasil caracterizaram-se pela crescente integração de mulheres e crianças. Em 1872, as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, sendo que 88,5% delas eram analfabetas. Esse índice subiu para 89,6% em 1890, caindo para 77,4% em 1920. O Censo de 1890 revelou que, da população negra economicamente ativa, 48% realizavam trabalhos domésticos, 17% atuavam na indústria, 9% envolviam-se em atividades agrícolas e 16% estavam em profissões não declaradas. Nessa época, 31% das mulheres acima de 21 anos e 14% com menos de 21 anos tinham empregos formais. O setor industrial contava com 34% de participação feminina, sendo que a maioria estava concentrada no setor têxtil e de confecção. Esse percentual caiu para apenas 20% nos anos 1950. No entanto, como podemos observar pelos dados do Censo de 1890, as mulheres mais pobres ficavam fora do trabalho nas indústrias, embora sempre tenham estado presentes nas atividades domésticas. No setor fabril, havia uma expressiva presença de imigrantes e jovens, sendo que as mulheres recebiam 35% a menos. Matos e Borelli (2012, p. 128) destacam:

Além disso, as atividades nas quais as mulheres penetraram foram sendo, progressivamente, desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente, e por fim descartadas pelos homens. Os baixos salários, as tarefas rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas na hierarquia laboral foram determinantes do emprego maciço de mulheres nas indústrias. O cotidiano do trabalho era árduo, em ambientes insalubres, com jornadas extensas (11, 12, chegando a atingir 14 horas diárias), muitas vezes sem descanso semanal.

Contudo, a imagem das mulheres trabalhadoras como sendo “frágeis e indefesas”, “passivas” e “carentes de consciência política” continuava sendo reforçada pela imprensa. As

lutas operárias que culminaram em paralisações nas fábricas, mobilizações e reivindicações por redução nas jornadas e melhores condições de trabalho eram praticamente invisibilizadas.

Havia um pensamento de encaminhar as mulheres para o magistério: “posteriormente, elas eram integradas como professoras no sistema educacional em expansão, mas em deteriorização, seja no plano das condições de trabalho, seja no plano salarial” (ROSEMBERG, 2012, p. 354). No início do século, havia uma quantidade considerável de mulheres negras no magistério público do Rio de Janeiro, conforme constatado pelo Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), da Universidade Federal Fluminense, mas esse número diminuiu consideravelmente após a reforma educacional Fernando de Azevedo, ocorrida em 1927.

Devido à política de branqueamento que assolava o país, a reforma estabeleceu vários critérios para ingresso na profissão do magistério que dificultaram o acesso de novas mulheres negras. Esses são fatores explicativos, talvez os mais fortes, pelos quais a maioria das professoras e dos professores recebiam baixas remunerações no país. Outras profissões destinadas ao cuidado, como enfermeiras e assistentes sociais, também permeiam o pensamento sobre a educação das mulheres desde o século XIX, significando que, no Brasil, ocorreu um processo de feminização tanto do magistério quanto de outras profissões preponderantemente associadas ao controle exercido pelas instituições totais (hospitais, escolas etc). O número de médicas aumentou com o passar do tempo. Contudo, no campo médico, há especialidades destinadas às mulheres. Mulheres cirurgiãs, por exemplo, são raras nesse meio.

A modernização das cidades exigiu não somente um novo modelo de família e de mulher, como também aumentou o número de “estabelecimentos de pequeno e médio porte como armazéns, açougues, adegas, quitandas, vendas, bares e botequins. A participação de mulheres nesse tipo de negócio foi, desde o início, determinante” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 129). Além disso, as mulheres participavam do comércio de rua como ambulantes, sendo que muitas delas comercializavam leguminosas e

outros alimentos oriundos de seus pequenos sítios. Outros trabalhos realizados pelas mulheres eram os de cozinheiras, lavadeiras, costureiras, “amas criadeiras” (uma espécie de babá que, em muitos casos, também amamentava) e professoras.

Havia, ainda, as que transformavam suas casas em pensões. Essas ocupações, apesar da baixa remuneração, permitiam conciliar as atividades de trabalhadora, mãe e dona de casa: “ocupações como essas foram abraçadas por mulheres, não só por conta da inserção no mercado de trabalho, mas por opção de não se empregar em uma função regular, com horário fixo e jornada determinada” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 130). Muitas dessas mulheres, conforme Raquel Soihet (2012, p. 363), viviam em lares com ausência masculina, de modo que elas garantiam o sustento e chefiavam a casa:

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo da reprodução do trabalho era calculada considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento dos pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava.

Comumente, pensava-se que as trabalhadoras domiciliares eram passivas e desarticuladas, porém existem vários registros que demonstram suas capacidades de articulação e combatividade em associações, sindicatos e ligas, como indica Bebel Nepomuceno (2012, p. 383):

Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar redes de solidariedade e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público.

Com isso, é possível afirmar que, conforme diminuía os postos de trabalho para as mulheres, aumentavam os trabalhos “empreendedores”. Assim, observamos que entre as mulheres brasileiras, ainda que muitas sejam empreendedoras por natureza, outras tantas foram

forçadas a ir pelo caminho do empreendedorismo em virtude da falta de oportunidades. Essa situação permanece até hoje, principalmente quando há inúmeros programas que fomentam o empreendedorismo feminino, sem atentar aos problemas que estão presentes no mercado de trabalho nem às trabalhadoras.

Gradativamente, com o passar dos anos, o trabalho das lavadeiras passou a ser executado nos domicílios dos patrões, corporificando o ditado popular “roupa suja se lava em casa”, assim como o trabalho das “amas criadeiras” não contemplava mais o aleitamento, já que, no processo de higienização social, as amas eram vistas como portadoras de doenças que poderiam infectar as crianças com patologias como sífilis e tuberculose. Desde 1850, difundiam-se as ideias do progresso social que estavam vinculadas a um novo modelo de mulher. Junto a esse novo modelo difundiu-se também o preconceito em relação aos negros e ao estilo de vida que eles representavam. Além disso, reforçava-se a ideia de reduzir a mulher negra ao erotismo. O leite dado pelas amas negras passou a ser chamado de “leite mercenário”, assim como as mulheres brancas que não amamentavam seus filhos eram chamadas de “mães desnaturadas”.

Por isso, o novo modelo de família exigia, automaticamente, um novo tipo de mulher que fosse dedicada ao cuidado dos filhos e responsável por sua formação moral. Por sua vez, a responsabilidade pela formação moral fazia desse novo modelo de mulher alguém que não estaria no mercado de trabalho, tendo uma participação limitada no espaço público, como salienta Helena Brandão (2010, p. 39):

Fechadas em suas casas ou seus sobrados, as mulheres dependiam de varandas ou janelas para ter contato com a rua, no atendimento aos vendedores ou para mandar recados. Esse espaço da residência foi importante para a socialização feminina e contribuiu para sua liberação. Mas não era lugar no qual permanecer, pois se corria o risco de ficar mal falada, sendo chamada de janeleira, namoradeira ou mesmo rameira.

Em público, as mulheres tinham sua conduta submetida aos olhares atentos da

sociedade e, além de submeterem-se à avaliação dos outros e terem seus passos vigiados pelos pais ou maridos, cuidavam da imagem dos homens públicos. Ademais, deveriam ser comedidamente educadas, pois seriam responsáveis pela educação dos homens, mas deveriam continuar sendo mães afetivas e submissas ao marido, fazendo do ambiente privado o espaço feminino por excelência: “como propriedade do marido, a mulher lhe devia completa e inquestionável obediência e por ele era silenciada, repreendida e constrangida” (ALMEIDA, 2014, p. 189).

A mulher brasileira era considerada rainha do lar, súdita do homem e escrava do trabalho doméstico. A medicina, inclusive, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos, além de assegurar como características femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal (SOIHET, 2012). Defendia-se a educação diferenciada porque as mulheres não seriam tão inteligentes quanto os homens: “Incluiu-se economia doméstica em seu currículo, porque ‘a mulher é rainha do lar’. Criticou-se a escola mista por ser ‘promíscua’. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, ‘verdadeiras mães’, têm ‘vocação para o sacerdócio’ que é o magistério”. (ROSEMBERG, 2012, p. 338-339). Cabe salientar que esse pensamento de que “as mulheres educadas são melhores mães” pairava desde o século XIX.

Cabia também às mulheres manter a família higienizada, já que elas seriam as responsáveis por manter uma descendência saudável. Esse ideal de família com moldes burgueses, estimulado pelas novas classes dominantes, tornou-se o novo parâmetro a ser seguido. O capitalismo fez a mulher viver, desde o nascimento, sempre em função do outro. Esse modelo continuou sendo reforçado nos anos 1940, quando Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 3.200 em 19 de abril de 1941. O referido decreto continha o seguinte trecho:

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às

mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa³.

Tanto as associações quanto os jornais negros das primeiras décadas no século XX sustentavam os mesmos padrões dominantes das relações de gênero da época, ainda que elas fossem maioria nas associações que eram controladas por homens. Assim, o papel unicamente atribuído à mulher era o de esposa e mãe. Contudo, às mulheres negras não restava muito espaço para a imagem da esposa passiva, que deveria ser submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar. A elas preocupavam as fontes de obtenção de renda para que pudessem manter o lar sem dependência de seus companheiros.

Em 1916, o Código Civil tornou as mulheres casadas civilmente incapazes, de modo que precisavam ter uma autorização expressa de seus maridos para que pudessem trabalhar fora. Essa condição de dependência e subordinação foi revogada somente em 1943, com o novo Código Civil.

Entre 1917 e 1919, foram aprovadas as primeiras medidas reguladoras do trabalho feminino. Entre elas, estavam a proibição da jornada noturna às mulheres e do exercício das atividades no último mês de gravidez e no primeiro do puerpério. Contudo, essas medidas foram tomadas muito mais em virtude da concepção moral de considerar a mulher frágil e vulnerável do que para proteger a vida das trabalhadoras. O resultado foi a aumento da demissão e das dificuldades para inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Resulta dessa época a visão de que empregar mulheres é mais oneroso para o empregador, conforme explicam Matos e Borelli (2012, p. 133):

Após o final da Primeira Grande Guerra (1918), ganhou força, por toda a sociedade, a ideia de que a mulher deveria dedicar-se

³ SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 37, 1981. < Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1600>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade. O trabalho feminino passou a encontrar maior oposição por parte de diferentes grupos sociais e instituições, revestida de preocupações morais que se somavam a argumentos religiosos, jurídicos e higienistas. Profissões como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista (figurante de teatro, atriz, bailarina, cantora) foram estigmatizadas e associadas à “perdição moral” e até à prostituição.

Além da estigmatização e da associação moral, as difíceis condições do trabalho feminino proliferaram e passaram a ser noticiadas na imprensa operária. Contudo, em vez de criticar os empregadores pelas más condições de trabalho, a culpa recaiu sobre as mulheres e o trabalho realizado fora de casa passou a ser condenado: “Visto como atividade transitória – que deveria ser interrompida por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho –, o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como fatalidade da pobreza” (MATOS; BORELLI, 2012, p.133).

Simultaneamente ao decréscimo da participação feminina no setor industrial, restou às mulheres os empregos menos visíveis e estáveis que as empurravam para os trabalhos domésticos. Com o avanço do setor terciário, elas também passaram a exercer funções que abrangiam o comércio, a burocracia em escritórios, os estabelecimentos bancários e de seguros. Essas funções, em geral, ofereciam menos status e as mulheres solteiras tinham mais oportunidades por serem consideradas ágeis e assíduas, assim como dóceis e submissas. Em 1940, o índice de analfabetismo entre as mulheres ainda era bastante alto: 70,6%.

Em 1942, foi aprovado o Código Civil que instituía o desquite. No entanto, as mulheres que optavam por ele sofriam preconceito e eram vistas como aquelas que haviam falhado na constituição e manutenção da família. Após debates iniciados na década de 1930, que entendiam a educação feminina como essencial, foi incluído na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 um item sobre a proteção do trabalho das mulheres. Esse item estabelecia a equiparação salarial entre homens e mulheres e

proibia a participação feminina em tarefas que fossem inadequadas à sua capacidade física ou que colocassem em risco a saúde da mulher. Além disso, o trabalho noturno foi vetado às mulheres, exceto nas funções de telefonista, radio telefonista, enfermeira, profissionais de casas de espetáculo, diversão, bares e hotéis. Foram igualmente regulamentadas a licença-maternidade e a exigência de creches em empresas com mais de 30 trabalhadoras.

Nos anos 1960, com a redução do poder de compra e o arrocho salarial, as mulheres das classes populares retornaram para o mercado de trabalho. A partir de então, “a empregabilidade feminina cresceria de forma sistemática, tornando-se constante, intensa e diversificada” (MATOS; BORELLI, 2012, p.142). Todavia, “casamento e procriação continuavam a ser o destino da mulher; ser mãe (depois de tornar-se esposa, é claro) conferia-lhe uma posição de prestígio na sociedade, maior que qualquer outra ‘carreira’”. Não desempenhar o papel materno seria algo como ‘trair’ a essência feminina” (SCOTT, 2012, p. 24). Esses papéis também permaneciam sendo reforçados pelas instituições do movimento negro, como o Conselho Nacional das Mulheres Negras, que buscava promover a integração da mulher negra tanto na vida social, através da escolarização e da cultura, quanto na vida econômica. Assim, eram promovidos cursos que vinham ao encontro das funções já executadas pelas mulheres negras, como artes culinárias, corte e costura e datilografia (NEPOMUCENO, 2012).

Os anos 1970 representaram um grande avanço nas pautas dos direitos femininos. O advento dos medicamentos contraceptivos possibilitou às representantes das classes médias o ingresso cada vez maior no mercado de trabalho. Pouco mais da metade das mulheres brasileiras estavam alfabetizadas e, pela primeira vez, as mulheres haviam obtido um resultado melhor do que os homens. Entre 1970 e 1975, com a expansão do ensino médio e das universidades, o número de alunas nas universidades aumentou significativamente. Elas continuaram melhorando seus níveis de escolaridade, gerando impactos no mercado de trabalho, ocupando setores até então

restritos aos homens e tornando-se competitivas economicamente, apesar do enfrentamento de conflitos e das resistências diárias. Foi nessa época de crescimento acelerado das mulheres em condição de “chefe de família” que tal condição tornou-se mais visível, ganhando maior visibilidade e tornando-se alvo de pesquisas nos anos 2000. No entanto, essa condição não é um fato novo para as mulheres negras, como destaca Bebel Nepomuceno (2012, p. 396):

Desde o pós-Abolição, em função da exclusão do homem negro do mercado formal de trabalho, a mulher negra viu-se premiada a assumir o papel de mantenedora da família. Essa situação foi percebida na década de 1930, em Salvador, por Ruth Landes, pesquisadora estrangeira dedicada à questão racial brasileira, que se chocou com o nível de pobreza de boa parte das mulheres negras, religiosas e chefes de família, que não tinham maridos para dividir as despesas de casa nem a responsabilidade na educação dos filhos⁴.

O grande “boom” da entrada de mulheres no setor bancário aconteceu entre os anos 1980 e 1990, com a informatização do setor financeiro e a alteração dos critérios dos bancos para contratação e jornada de trabalho, o que levou a um rebaixamento salarial da categoria. “Nesse contexto, num curto espaço de tempo, as mulheres se tornaram a maioria dos empregados nas instituições bancárias. Elas foram absorvidas em cargos secundários, envolvendo atividades repetitivas e de menores salários (mesmo quando mais qualificadas)” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 144).

O ano de 1985 registrou uma queda significativa no índice de analfabetismo entre mulheres. De 1980 a 1985, a taxa caiu de 41,6% para 26,6%. Quedas significativas também foram registradas em 1999 (15,3%) e 2009 (10,7%), porém os negros ainda concentram o maior contingente de analfabetos, tanto em números relativos quanto absolutos. Em 1980, 80% das mulheres negras estavam na faixa das pessoas com até quatro anos de estudo. Esse índice caiu

consideravelmente nos últimos 30 anos, chegando a 34,1% em 2010:

As mulheres negras têm reiterado, ao longo dos tempos, que as mulheres não são um ser único, homogêneo, e que ser mulher, negra, indígena, lésbica, pobre e migrante é ter a sua condição social agravada em função de assimetrias de gênero e raça que caracterizam a sociedade patriarcal e racista, que as colocam em situação de maior subordinação e discriminação, potencializando sua situação de pobreza e vulnerabilidade, mantendo-as na base da pirâmide social (SILVA, 2013, p. 247).

Posto isso, cabe ressaltar que a maior parte das mulheres continua ocupando funções com menor remuneração, além de muitas receberem um salário inferior ao dos homens, mesmo ocupando o mesmo cargo ou desempenhando as mesmas funções, só pelo fato de serem mulheres. As mulheres negras ainda têm os empregos mais precários e vulneráveis, sendo também as mais atingidas pelo desemprego (Ver figura 1 ao final do texto).

Segundo pesquisa do Dieese, em 2009, as mulheres não negras eram a imensa maioria de empregadoras (74,5%), enquanto as mulheres negras são as que mais trabalham na produção para consumo próprio. A Tabela 1 (**disponível ao final do texto**) indica o tipo de ocupação das mulheres em 2009.

São também as mulheres negras que ingressam mais cedo no mercado de trabalho e dele saem mais tardiamente. A formalidade do trabalho feminino aumentou nos últimos anos, porém ainda é bem menor que a dos homens. Sabe-se que é a formalidade do emprego que traz vários benefícios, como a proteção social. Segundo o IBGE, 26% das mulheres enquadradas na População Economicamente Ativa (PEA), que é de 52%, estavam no mercado formal em 2010, enquanto 19% estava na informalidade. Se comparado a 2001, quando o índice era de apenas 19%, houve realmente uma melhora. Contudo, conforme já foi apontado, as mulheres seguem recebendo menores salários.

Conforme aumentam os rendimentos, diminui o percentual de mulheres. Acrescenta-se a isso que as mulheres estudam e trabalham mais,

⁴ PACHECO, Ana C.L. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais Brasileiras – um diálogo com o tema. Afro-Ásia, Salvador, n. 34, p. 153-188, 2006.

porém ganham menos. Com relação ao mercado informal, se combinarmos as variáveis raça/cor, teremos um percentual muito maior de pardas (60%) e de negras (54%), enquanto o índice de brancas fica em 44%, ou seja, mais da metade das mulheres “não brancas” está na informalidade. Esses índices refletem a história das mulheres negras e pardas, que sempre estiveram à margem do mercado de trabalho formal com carteira assinada. Assim, percebe-se que esse círculo vicioso nunca foi quebrado. (**Ver pirâmide de raça e gênero ao final do texto**).

No que se refere à jornada de trabalho, embora as mulheres tenham uma média de horas trabalhadas menor que a dos homens, se considerarmos as horas que elas dedicam às tarefas domésticas, percebe-se uma sobrecarga decorrente da desigual divisão sexual do trabalho. A pesquisa sobre mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado mostrou que, em 91% dos domicílios, as mulheres são as responsáveis pelo trabalho doméstico. Além disso, elas dedicam de cinco a sete vezes mais tempo para fazer/orientar trabalho doméstico do que seus parceiros.

Ao se considerar as variáveis renda e raça, percebe-se que a mulher negra é a mais atingida por esse ciclo de vulnerabilidade que se configura por baixos salários, jornadas de trabalho mais longas e baixa escolaridade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2010, 6,5 milhões de mulheres exercem o trabalho doméstico no Brasil, das quais 61,6% são negras. Conforme Nilza Silva (2013, p. 252), “trata-se de uma das ocupações com as piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura social, alto nível de descumprimento de normas trabalhistas e uma das profissões com maior déficit de trabalho decente”.

Contudo, o trabalho feminino e o trabalho doméstico remunerado, assim como os programas de transferência de renda, são fontes de recursos importantes que movimentam a economia de suas comunidades, tendo uma grande centralidade na produção das condições materiais de vida dessas comunidades. Entretanto, permanecem dificuldades na ocupação de determinadas funções

e cargos, bem como as desigualdades nas remunerações e nas promoções para carreiras de alto nível (MATOS; BORELLI, 2012, p. 146):

Apesar do aumento da contribuição feminina para o orçamento da família e da constatação da chefia de domicílios encabeçada por mulheres, nos núcleos familiares, os cuidados dos filhos e encargos domésticos continuam majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sobrecarregando seu cotidiano envolto numa “dupla jornada”, quiçá tripla ou quádrupla.

As transformações ocorridas nas estruturas das famílias brasileiras nas últimas décadas refletiram um número cada vez maior de famílias chefiadas por mulheres, sendo que também observamos uma diminuição das famílias de tipo casal e um aumento nas famílias de uma só pessoa, principalmente nos centros urbanos. Esse “novo” tipo de arranjo familiar acabou trazendo visibilidade para uma situação já enfrentada pelas mulheres negras há mais de um século. Além disso, “as mulheres negras são a maioria entre as responsáveis por famílias do tipo mulher com filhos. Por sua vez, as mulheres brancas predominam quando se trata da estrutura unipessoal feminina”⁵. (NEPOMUCENO, 2012, p. 396).

Outra pesquisa realizada em São Paulo, na década de 1990, ressaltou que as famílias chefiadas por mulheres negras tinham menores condições de oferecer cuidado básico aos filhos⁶ do que as chefiadas por mulheres não negras. As famílias chefiadas por mulheres negras tinham desvantagem em termos de moradia, nível educacional dos integrantes, trabalho e renda

⁵ Dossiê sobre a “Situação das mulheres negras brasileiras”, em Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (2007, p. 15). Por família do tipo mulher com filhos entende-se aquela em que a mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, é a principal responsável pelo domicílio; família unipessoal é aquela composta unicamente por uma pessoa (e implica um padrão de vida mais elevado, o que requer um melhor nível de escolaridade). Em geral, a mulher negra apresenta padrões de sobrevivência inferiores aos das brancas, o que se reflete nos lares por elas comandados.

⁶ Pesquisa Condições de Vida para a Região Metropolitana de São Paulo (SEADE, 1994).

familiar, como destaca Nepomuceno (2012, p. 397):

Cerca de metade das famílias com chefia feminina negra (49%) estava abaixo da linha de pobreza, em contraponto com 21% de famílias chefiadas por mulheres brancas. Em 2000, famílias com renda de até um salário mínimo chefiadas por mulheres negras somavam 60%, mas caíam para apenas 29% no caso daquelas com renda em torno de três salários ou mais, detentoras de um nível mais alto de escolaridade.

Outro aspecto pouco discutido é a responsabilidade dupla que muitas mulheres assumem com o cuidado dos filhos após a ruptura afetiva e financeira. Não são poucos os casos de afastamento da figura masculina, assim como o completo esquecimento dos filhos. Várias vezes, as mulheres sequer requerem pensão alimentícia e introjetam de forma tão efetiva a responsabilidade que a sociedade lhes impõe que elas afirmam sua capacidade de cuidar sozinhas dos filhos, deixando que a responsabilização dos homens ocorra espontaneamente. Márcia Macêdo (2001, p. 72) afirma:

Isso demonstra que as próprias mulheres também não conseguem fazer uma separação de sua pessoa e da relação entre pais e filhos e não formulam a obrigação do sustento dos filhos como um direito destes últimos e um dever dos pais, independente de sua intermediação direta.

De fato, é uma queixa comum das mulheres chefes de família a “ausência masculina”: tanto daqueles que estão realmente ausentes do domicílio e, por isso, não exercem influência na educação dos filhos quanto daqueles que se ausentam da partilha dos deveres ainda que estejam sob o mesmo teto. Macêdo (2001, p. 73) enfatiza: “Desse modo, aumenta o estresse da esposa que trabalha fora, sustenta o domicílio e deve responder às solicitações vindas do conjunto das responsabilidades cotidianas, principalmente quando possui crianças pequenas”.

No que se refere aos serviços de saúde, sabe-se que as mulheres são as principais usuárias, embora, na maioria dos casos, a procura não seja para tratar de sua própria saúde, conforme explica Raquel Viana (2013, p. 388):

Elas procuram esses serviços geralmente para atendimento das necessidades de algum membro da família – filhos, marido, parentes, pessoas doentes –, como parte do seu papel tradicional, socialmente atribuído, de cuidar e zelar pela família. Esta condição socialmente imposta às mulheres inevitavelmente as insere na dinâmica das relações que permeiam esses serviços, marcadamente relações de poder e hierarquia.

Os problemas causados por estresse, má alimentação, menos tempo para alimentar-se, dupla jornada, maior quantidade de horas trabalhadas e mais anos de trabalho resultam em inúmeros outros problemas de saúde para as mulheres, incluindo obesidade, hipertensão, diabetes e osteoporose, entre outras. Além disso, a medicina é feita por homens e para homens. Uma medicina da saúde da mulher é praticamente inexistente. Nas pesquisas com testes de medicamentos e tratamentos, a maior parte é realizada com animais machos. Assim, os efeitos colaterais e a ação dos medicamentos e tratamentos que recebemos não foram testados anteriormente em fêmeas (SCHIEBINGER; KLINGE, 2015).

3. O TRABALHO DO CUIDADO

Segundo Carol Gilligan (1982, p. 109), para muitas mulheres, “a pessoa moral é aquela que ajuda os outros, sendo a bondade então definida como prestadora de serviço, cumprindo suas obrigações e responsabilidades para com os outros”.

O cuidado está na reprodução da vida cotidiana, no trabalho produtivo e reprodutivo. Está nas sensações e em nossas necessidades inatas de nos sentirmos protegidos, assim como em nossos processos de dependência e independência. Invariavelmente, em algum momento de nossas vidas precisamos ou precisaremos dele (CEPAL, 2007, p. 58):

O cuidado faz parte do trabalho de reprodução social ou doméstico não remunerado. Esse trabalho está relacionado com um processo material e simbólico cujas características são a manutenção dos espaços e bens domésticos, a alimentação e cuidado do corpo, a socialização, a educação e a formação dos

menores, a manutenção de relações sociais e o apoio psicológico dos membros da família. Embora as funções desse trabalho sejam há séculos as mesmas, as atividades concretas desenvolvidas, seu peso relativo e a tecnologia utilizada para alcançar os fins propostos refletem a diversidade cultural e as desigualdades econômicas de cada país, bem como as mudanças históricas da sociedade e da família.

O problema é o lugar social para a atenção aos outros que, historicamente, foi relegado à mulher. Trata-se de um trabalho invisibilizado, material e imaterial, embora seja essencial para a reprodução da vida. É invisibilizado justamente para não ser valorizado já que na sociedade capitalista para que as ações humanas sejam valorizadas, essas precisam ser conceituadas como trabalho para ter valor. Certo que, o resultado da ação humana referente ao trabalho do cuidado não é, muitas vezes, material, torna-se, assim, mais facilmente, invisibilizado. Segundo Fabienne Brugère (2011), a ética do cuidado surge como a descoberta de uma nova moralidade cuja voz deve ser reconhecida em um mundo que não tem linguagem apropriada para expressar e reconhecer tudo o que vem do trabalho de “cuidar” e do senso de responsabilidade para o bem-estar dos outros. Considera-se que as tarefas de cuidado de todos os tipos promovem o comportamento mental benéfico e o desenvolvimento na sociedade: um senso de cuidado para os outros, de responsabilidade e ajuda mútua. Elas são um bom antídoto para uma psicologia que leva em conta apenas o interesse pessoal dos indivíduos ou a construção de um mundo fechado em si mesmo:

A teoria do cuidado, foi primeiramente elaborada como uma ética relacionada estruturalmente para a atenção aos outros. Nenhum ser humano pode ser suficiente para si mesmo; fundamentalmente vulneráveis e interdependentes, os indivíduos muitas vezes recorrem, em algum momento de suas vidas à relações de proteção, de ajuda para o desenvolvimento, por relações de dependência que são ignoradas, eufemizadas ou desprezadas (BRUGÈRE, 2011, p. 7).

As tarefas de cuidado deveriam ser, portanto, uma preocupação de toda a sociedade, sem recair somente sobre as mulheres. Nesse

sentido, cabe aos movimentos de mulheres e às feministas transformar o privado em político, uma vez que “O privado é político”, como afirma Carole Pateman (2013, p. 71):

As feministas têm enfatizado como as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, por lei sobre estupro e aborto, pelo status de “esposa”, pelas políticas de atenção às crianças e atribuição de benefícios de previdência, e a divisão sexual do trabalho na casa e no local de trabalho. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política.

O cuidado, desde o século XVI, época das grandes navegações e da apropriação de novos territórios pelos europeus, passou a ser associado à diferença, às situações de vulnerabilidade e à figura do feminino, muito reforçado pelo modelo de evangelização aplicado nos novos territórios, conforme abordado por Maria das Dores Machado (1996, p. 80):

Quase todos os especialistas em história ocidental cristã reconhecem que a domesticação dos indivíduos pela célula familiar foi um projeto comum às duas Reformas religiosas do século XVI. Como a historiografia nos mostra, a intervenção eclesiástica nessa área era muito limitada até aquela época, e mesmo no caso da regulação dos laços matrimoniais se adaptava aos costumes e tradições de cada lugar⁷. Assim, foi justamente a partir do enfrentamento com os reformistas protestantes que a igreja católica tomou “consciência da força dos laços domésticos e das possibilidades que ofereciam para vigiar e educar as massas de fiéis”.

Houve também uma associação do cuidado com a assistência, o caráter voluntário e afetivo, sendo que muitas relações de dominação se estabelecem a partir do trabalho do cuidado, fazendo jus a uma política do cuidado. A

⁷ Segundo Vainfas (1989), a negação protestante do sacramento do casamento obrigava a Igreja Católica a reafirmá-lo e “convertê-lo em situação basililar da chancela eclesiástica sobre a vida dos fiéis”, eliminando ou pelo menos controlando os ritos populares e uniformizando os procedimentos nas cerimônias de celebração, ao mesmo tempo em que zelava para que se obedecessem às regras estabelecidas pelo direito canônico quanto ao grau de parentesco, à interdição à coabitação dos noivos antes da cerimônia e à indissolubilidade matrimonial (p. 11).

associação à conduta moral está enraizada na convicção de que homens e mulheres não abordam os problemas morais da mesma forma.

Interessante é perceber que, quando o cuidado está associado ao homem, passa a ser valorizado e digno de recompensa ou remuneração. Há uma associação da figura do herói, do extraordinário. Tomemos como exemplo masculino a figura dos médicos e dos bombeiros. Agora, como exemplo feminino, consideremos as amas de leite. Elas eram vistas como executantes de um serviço que lhes cabia e que não era remunerado; caso cogitassem reivindicar alguma contribuição pelo trabalho de amamentar filhos que não eram seus, eram acusadas de mercenárias e insensíveis. Com o tempo, o trabalho do cuidado foi adquirindo uma dimensão emocional à qual seria atribuído ou não um valor. A associação ao amor (pelo bem público), à atenção ao sagrado passou a ocorrer mais fortemente a partir do século XIX.

Quando ocorrem as modificações da ideia de família, observa-se a naturalização da competência do cuidado como sendo feminina: a mulher passou a ser vista como responsável pela reprodutividade da vida. A partir daí, reforça-se a construção de uma moral do cuidado – pensada pelos homens. No contexto colonial, a construção dessa moral acontece baseada na dominação masculina e na submissão feminina. A moral passa a ser associada com a prática social e o engajamento recíproco. A figura do chefe de família e a figura paternal também passam a ser associadas ao cuidado e à afetividade. Durante todo o período colonial, exigia-se recato e docilidade da mulher, como enfatiza Rute Almeida (2014, p. 188):

Seu papel era o de esposa e mãe, e sua tarefa era cuidar da casa, dos filhos e do marido. Ela não frequentava a escola, destinada exclusivamente aos homens, e seu aprendizado se restringia à costura, bordado, culinária e, no caso das mais abastadas, também ao piano e à pintura. A mulher não precisava ser instruída, só ensinada, e a educação que lhe cabia era bem pouca para aprender unicamente o necessário e adequado, como afirmava o provérbio português: “Uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a

receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar”.

Além disso, exigia-se que as meninas se tornassem mães cada vez mais cedo, em torno dos 12, 13 anos, pois aos 20, 22 anos elas já não eram mais consideradas próprias para casar. Essas são boas explicações de por que a moral construída historicamente sobre a mulher no Brasil permanece forte no imaginário do povo. Ainda existem altos índices de gravidez na adolescência, principalmente entre as camadas populares, assim como o termo “novinha” continua sendo o mais procurado por brasileiros em sites de pornografia (HAHNER, 2003, p. 39-40)⁸:

Parece ser consenso essa opinião de estrangeiros que achavam as meninas atraentes somente aos 13 ou 14 anos, quando assumiam os cuidados do lar, até os 18 quando já atingiam a plena maturidade. Anos depois, tornavam-se corpulentas, andavam desajeitadamente e perdiam o bom humor, e aos 25 ou 30 anos já se tornavam velhas enrugadas.

Essa visão de que a mulher deveria estar sempre “à disposição” prolongou-se durante o século XX, sendo reforçada, inclusive, durante o período da ditadura militar. Nessa época, os militares buscavam melhorar a imagem do Brasil, que se encontrava abalada em virtude das denúncias de repressão e violência. Assim, eles utilizaram a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) para promover uma imagem do país que reforçava os estereótipos e o turismo sexual.

Além disso, fica evidente em documentos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a visão de que as mulheres são mais hábeis para cuidar dos outros. Essa é uma visão regular dos governos da América Latina e do Caribe, conforme indica a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2007, p. 58): “Essas tarefas têm estado associadas às mulheres consoante o pressuposto cultural de que elas são propensas a criar redes, enquanto os homens são propensos a desenvolver suas

⁸ Segundo pesquisa realizada pela Revista The Economist e divulgada em 2015.

capacidades individuais”. Ou seja, boa parte dos governos latino-americanos continua reproduzindo e corroborando a moral de que o trabalho do cuidado é mais propenso às mulheres do que aos homens, sendo que elas executariam o trabalho do cuidado para o desenvolvimento dos homens.

4. REFLEXÕES FINAIS

Ao longo da história do Brasil, principalmente por sua característica de país colonizado, cultivou-se o modelo da típica mulher de família burguesa, ignorando as condições às quais as mulheres pobres, negras, indígenas, migrantes foram submetidas ao longo da história. Contudo, apesar do reforço desse pensamento, há avanços no sentido de caracterizar a ação do trabalho do cuidado, tornando-o trabalho visível e valorizado. No entanto, essa divisão do trabalho do cuidado ainda é muito forte na sociedade brasileira devido à separação entre ambiente público e privado. A falsa dicotomia estabelecida entre as esferas pública e privada serviu para tornar o trabalho do cuidado como algo natural, inerente ao feminino, que teria o ambiente privado como seu espaço privilegiado, chamando-o de trabalho doméstico (SEGATO, 2010, p. 20):

A despolitização do espaço doméstico torna-se vulnerável e frágil e são inumeráveis os testemunhos dos graus e formas cruéis de vitimização que ocorrem quando desaparece o amparo do olhar da comunidade sobre o mundo familiar. Se desmorona a autoridade, o valor e o prestígio das mulheres e de sua esfera de ação.

Ora, o trabalho doméstico, como abordado no artigo, é fundamental para a reprodução social e, principalmente, da sociedade capitalista. Porém, não são poucas as vezes em que, quando as pessoas se referem a uma mulher que realiza o trabalho doméstico, sem estar inserida no mercado formal de trabalho, diga-se que ela “nunca trabalhou”, pois “só ficava em casa”. Na realidade, o trabalho doméstico sequer é chamado de trabalho na maior parte das vezes. Nesse sentido, o trabalho do cuidado em si acaba sendo uma extensão do trabalho doméstico.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rute Salviano. *Vozes femininas no início do protestantismo brasileiro: escravidão, império, religião e papel feminino*. São Paulo: Hagnos, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRANDÃO, Helena. Esperando na janela. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 5, n. 54, 2010.
- BRUGÈRE, Fabienne. *L'éthique du care*. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.
- CEPAL. *A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe. X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe*. Quito: CEPAL, 2007.
- ESTIVALET, Anelise. *Os jovens e a rua: trajetórias dos sem lugar*. Curitiba: Appris, 2014.
- GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1982.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.
- MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.
- MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MEMMI, Dominique. *La revanche de la chair: essai sur les nouveaux supports de l'identité*. Paris: Seuil, 2014.
- MOLINIER, Pascale. *Le travail du care*. Paris: La Dispute, 2013.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo, MG: Horizonte, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHIEBINGER, Londa; KLINGE, Ineke. Gendered innovation in health and medicine. *Gender*, 2, 29-50. 2015.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial. In: QUIJANO, Aníbal;

NAVARRETE, Julio Mejía. (eds.). *La cuestión descolonial*. Lima: Universidad Ricardo Palma/Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010.

SILVA, Nilza. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013

Figura 1. Pirâmide social brasileira por gênero e raça

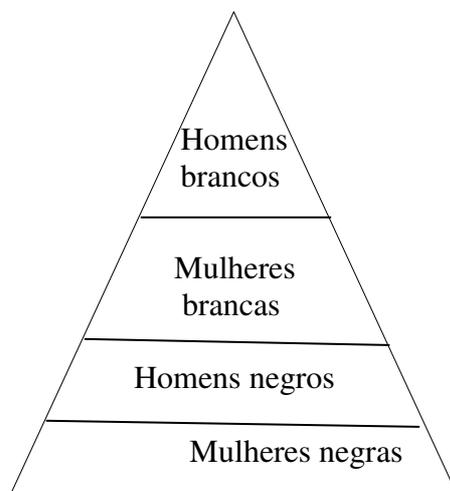


Tabela 1. Distribuição das ocupadas por posição na ocupação segundo cor/raça

Posição na ocupação	Mulheres Negras e Pardas	Mulheres Brancas
Assalariadas	47,3%	52,7%
Conta própria	50,1%	49,9%
Empregadores	25,5%	74,5%
Trabalhadora na produção para consumo próprio	63,8%	36,2%
Trabalhador na construção para uso próprio	57%	43%
Não remunerado	50,1%	49,9%

Fonte: IBGE e Dieese (2009).